

O olhar da *nova cidade* para o mundo *novo*: animais e árvores da Amazônia na história natural de Cristóvão de Lisboa (1624-1627)

JOÃO OTAVIO MALHEIROS*

Resumo: O artigo analisa o contexto da cidade e dos territórios nos quais, entre 1624 e 1627, o missionário capucho português frei Cristóvão de Lisboa reúne a primeira coleção de 259 imagens de animais e plantas no então recém criado, por Filipe II, Estado do Maranhão. Se o mundo que se conquistava para o império quadri-continental dos Habsburgos, no quadro histórico da União Ibérica, não era um mundo desconhecido e – como aponto – tampouco a relação dos povos indígenas com os adventícios europeus era uma novidade, a cidade de São Luís era uma nova forma de cidade, que obedecia ao traçado do engenheiro-mor e perseguia o ideal de ordenação urbana do barroco ibérico, cumpria uma função totalmente inusitada, de ser uma cidade premeditada para abrigar os quadros letrados – civis, militares e clericais - que implantavam nas terras americanas o sistema do colonialismo ibérico do primeiro período do Moderno.

Palavras-chave: Cristóvão de Lisboa, imagens da natureza, colonialismo ibérico.

Em 1624, após a travessia transoceânica de Lisboa a Olinda em apenas 39 dias¹ e uma estada de duas semanas no Ceará, chega em São Luís, num dia de agosto, noutra viagem em tempo recorde (CARDOSO, 2012: 179), o frei capucho Cristóvão de Lisboa², o clérigo de mais elevada hierarquia e apurada formação intelectual a pisar aquele pedaço do mundo, até então: bacharel em Artes e doutor em Filosofia, Custódio de uma futura província, Comissário com poderes de inquisição, posto que Visitador e Qualificador do Santo Ofício (SEVERIM, in LISBOA, 1967: 11). Traz em mãos, o alvará real que dá aos regulares mendicantes a administração secular dos índios (MEIRELES, 1960: 63).

Foi vivamente rejeitado pelos colonos luso- pernambucanos (CARDOSO, 2002: 62), que obtinham do escravismo indígena o motor que faz girar a roda da economia colonial (LIMA, 2006: 267). *Et pour cause*, talvez, do isolamento político advindo da solução de compromisso adotada (MEIRELES, 1960: 63) em relação à gestão do trabalho indígena – que continua a ser direta e ilimitadamente exercida pelos colonos – tenha sido possível se dedicar ao seu ‘projeto’ particular, detalhadamente concertado entre ele e o irmão imediatamente mais velho, Manuel Severim de Faria, *chantre* da Sé de Évora, historiador, colecionista, dono de

¹ A viagem é importante não só pela rapidez (de 25 de março a 2 de maio), mas por se dar na mesma flotilha em que vinha o primeiro governador do novo Estado colonial recém-criado pelos Filipes, o do Maranhão que engloba, então, territórios do Ceará à fronteira do Peru; saídos juntos de Lisboa, Francisco Coelho de Carvalho, da família luso-pernambucana dos Albuquerque, separam-se em Olinda, onde o capitão-general reforça a defesa contra os holandeses e só fará sua entrada em São Luís, em 1626 (v. SEVERIM, in LISBOA, 1967: 10-12; MEIRELES, 1960: 70).

² Da província franciscana portuguesa de Santo Antônio de Lisboa, casa reformada na estrita observância da regra por Pedro de Alcântara, santo de predileção dos Braganças; o ramo capucho da grande árvore franciscana “não deve ser confundido com capuchinho”, v. MIRANDA (1969: 76).

*Universidade Federal do Maranhão (UFMA), PPGHIS-Mestrado (Bolsista CAPES/CNPq)

extensa livraria e cabeça de uma rede de produtores de conhecimentos (MEGIANI, 2005: 241). Intelectuais que, de um canto ao outro da Monarquia Hispânica (CARDOSO, 2012: 17); ou do império quadricontinental (GRUZINSKY, 2014: 45); ou do “reino universal”, que é como o índio Chimalpahin, um escritor mestiço mexicano, traduz o que os coevos chamam de monarquia católica (GRUZINSKY, 2014: 39; 45-48): o domínio mundial dos Habsburgos, nos tempos da União Ibérica, nos termos descritos por Charles Boxer (BOXER, 2002: 122).

Este projeto (cujos resultados preservados e oferecidos à leitura somente em 1967, após ineditismo de 340 anos, estão no códice *História dos animaes e arvores do Maranhão...*, depositado no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa) é de autoria atribuída ao *chantre* e tem uma datação provável em *circa* 1622³; traz por título *Partes e preceitos da história*, e teve sua publicação na edição fac-similar do manuscrito atribuído ao missionário (FARIA, in LISBOA, 1967: 18-21).

Manuel Severim de Faria, que pouco sairá de Évora, orienta Cristóvão de Lisboa, que permanece mais de uma década nas terras sul americanas de Filipe III, de Portugal. Produz em sua longeva existência de 69 anos, que se encerra em Lisboa em 1652, importante correspondência, vasto sermônário e expressiva ação missionária, regular e cortesã (AMORIM, 2005).

Mas, o que, porém, interessa para a economia da presente comunicação, é a narrativa textual e visual do legado historiográfico, condensada no fragmento que preservou-se, o qual transpõe o olhar sobre a natureza das novas terras, produzido a partir de uma *nova* cidade-cidade letrada, barroca, colonial e ibérica (RAMA, 1996: 2)⁴ - riscada na forma portuguesa e adaptada às condições físicas, sociais e históricas (TEIXEIRA, 2012: 39-51), vivenciadas naquela experiência do colonialismo no primeiro período do Moderno (GENTILI, in BOBBIO et al.: 2000, 181-182), nesta parte do mundo.

³ Concordando, assim, com a datação provável estabelecida por Jaime Walter, no Estudo que publica na introdução à edição fac-similar de 1967 (WALTER, in LISBOA, 1967: 21). A data coincide com a concertação da missão capucha ao Maranhão entre a Província de Santo Antonio de Lisboa e Felipe II, de Portugal.

⁴ Este autor distingue a cidade do colonialismo ibérico na América das antigas cidades europeias, embora estas também persigam o ideal de uma ordenação urbana que reproduza a ordem social. “The cities of Spanish America were the first material realization of that dream, giving them a central role in the advent of world capitalism.” (RAMA, 1996: 2)

O mundo novo ainda é novo 132 anos após o contato?

Até que ponto, pode-se perguntar, este pedaço do mundo ainda seria *novo* mais de um século e três décadas depois do início do contato. É cabível uma resposta ambivalente. Para os atores individuais, os novéis de primeira viagem, por certo a experiência é de uma novidade radical. Porém, em certa medida, o projeto de compor uma narrativa na forma discursiva da história natural, sua premeditação e sua preparação para a empreitada, pressupõe a prévia informação, o que inclui a leitura de todo o material que estivesse disponível. Em 1624, quando Cristóvão de Lisboa inicia a missão em que irá demorar onze anos, o mundo imensurável e com sérios e persistentes problemas exatidão das medidas e de localização espacial nas novas rotas e novíssimas territorialidades (MICELI, 1997: 98; 142), já não era mais um mundo desconhecido e tampouco era sobre uma página em branco que se iniciavam as narrativas da experiência do colonialismo europeu naquele primeiro período do Moderno.

Por volta de 1570, o continente americano está basicamente dominado: rotas marítimas exploradas, grandes impérios derrotados, tesouros fundidos, culturas autóctones arrasadas. Sobrevivem algumas expedições conquistadoras que, movidas por visões residuais de riquezas e terras auríferas, atestam que o mirífico americano, como uma extinta estrela emissora de raios moribundos, arrasta o andaime dos encantos com penalidades. O relato do maravilhoso, outrora fonte do desejo, passa na América pelo crivo da experiência pessoal e metamorfoseia-se numa história paralela opaca que mina a legitimidade desse relato. E o conhecido binômio remoto/maravilhas se desmorona. É suplantado pela ordem colonial, a organização do sistema de trabalho e político a exploração mineradora, o tráfico negreiro a mestiçagem e a sociedade estamental, a produção agrícola e pecuária. (GIUCCI, 1992: 238).

Havia, pois, no recorte que se estuda, das primeiras décadas do século XVII e nesta parte do mundo – a última grande investida para a ocupação de um vasto ‘sertão’ ao sul da Linha Equinocial, e quando começa o *continuum* da fixação luso-pernambucana no que – grosso modo – viria a corresponder à atual Amazônia; e no momento em que a presença do sistema colonizador do elemento europeu é elevada de simples capitania para um Estado com várias capitanias, com governador capitão-general e inquisidor a cuidar dos dois braços do poder, o da Coroa e o da Igreja-, e naquela cidade de novo tipo, não só vasta produção discursiva dos atores adventícios (HOLANDA, 1957: 15), como também a memória dos povos mais ou menos originais que coabitaram tempos e espaços da zona de contato (PRATT, 1999: 21).

Um testemunho que ilustra o que constato pode ser tomado de Japi-Açu, velho tupinambá, que tem seu discurso diante do comandante Rassily registrado na narrativa *História*

da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças, do capucin Claude d'Abbeville, missionário franciscano da empresa colonial francesa, que é publicada em Paris, em 1614 (ABBEVILLE, 2002: 11). Ele traz a memória de uma relação anterior com o europeu (provavelmente, o luso- pernambucano), nas terras do Estado do Brasil:

Os *peros* antigamente nos maltratavam, praticando em nós muitas crueldades, só porque trazíamos os beiços furados, e os cabelos compridos, e mandavam rapar nossas cabeças como sinal de infâmia. A este respeito, dize-nos qual é a tua vontade, nós a ouviremos e depois nos resolveremos a obedecer-te. (ABBEVILLE, 2002: 88)

Mas esta memória a que aludo é mais facilmente perceptível, num discurso subsequente, feito por Mamboré-Açu, um tupinambá ainda mais velho (diz Abbeville que ele era maior de 180 anos), diante do Sr. Des Vaux, do qual transcrevo os primeiros períodos:

Vi o estabelecimento dos *peros* em Pernambuco e Potiú, e o seu princípio foi como o vosso agora. No princípio, os *peros* só queriam negociar, e não morar aí; dormiam então à vontade com as raparigas, o que os nossos companheiros de Pernambuco e de Potiú reputavam grande honra. Depois disseram ser-lhes preciso aí morar, que necessitavam construir fortalezas para guarda-las, edificar cidades para morarem juntos, parecendo assim que só desejavam ser uma nação. Depois fizeram entender que não podiam ter assim as filhas deles, que Deus somente lhes permitia possuí-las por meio do casamento e que não podiam casar-se com elas, senão batizadas, e que para isso era necessário um padre. Vieram os padres, plantaram uma cruz, começaram a instruí-los, e depois foram batizados. Depois fizeram ver que tanto eles como os padres precisavam de escravos para servi-los e trabalhar para eles, e que assim eram obrigados a dar-lhes. (ABBEVILLE, 2002: 156)

O elemento europeu, que acumula - além da experiência dos atores iletrados e transmitida socialmente pela oralidade - também o registro de uma memória letrada, e a faz circular socialmente por meio de narrativas predominantemente textuais até o século XVI (e ainda manuscrita, mas já crescentemente impressa) e, como no caso de autoria atribuída a Cristóvão de Lisboa, contendo em associação ao descrito por palavras uma narrativa visual, já não desbrava um mundo desconhecido, mas avança organizada e planejadamente um projeto imperial, geo-estratégico, num contexto de acirrada concorrência entre as diversas empresas coloniais (CARDOSO, 2012: 141; 155)

A memória do outro elemento, o indígena, está também presente naquela zona de contato e será - como mostra o duplo registro perpetrado por Claude d'Abbeville - uma memória condensada por "velhos" chefes tupinambás e transmitida em atos elocucionários

(SKINNER, 2009: 90) na tradição da oralidade⁵. De qualquer maneira, os ‘discursos’ registrados pelo narrador francês, que ficou quatro meses (em 1612) nos territórios em torno da fortaleza consagrada a São Luís, são evidência de que tampouco para os povos originais era nova a presença de elementos de matriz cultural europeia e que a longa e violenta relação, estruturada pelo escravismo, estava inscrita firmemente na memória daqueles atores.

O olhar premeditado do adventício: a história natural e moral

É neste cenário, portanto, que se produz *História dos animais e árvores do Maranhão*.

O manuscrito, atribuído ao frei Cristóvão de Lisboa, contém duzentas e cinquenta e nova imagens de bichos e plantas dos territórios do Estado do Maranhão. Não é, como explicou Jaime Walter, um produto terminado:

[...] o livro não representa, de fato, uma *Historia dos animais, e arvores do Maranhão*, como explicitamente se diz no frontispício. Antes parece não passar de um borrão, ou livro de apontamentos, onde duas ou mais pessoas tivessem deixado fixados os desenhos e os conhecimentos que tinham adquirido pela longa observação e pelo tempo, ou por atento estudo dos assuntos em que foram chamadas a intervir e do qual então se partiria para uma outra obra de mais largo fôlego. (LISBOA, 1967: 9)

São, indubitavelmente, imagens inacabadas, díspares, esboçadas e retocadas por autodidatas, elaboradas umas por meio de observação *in situ*, outras obedecendo aos arquétipos fantasiosos vigorantes à época (TAPADAS, 2006: 28), mas que expressam, quando vistas conectadas às demais formas do campo discursivo na experiência do colonialismo ibérico do período Habsburgo, como, por exemplo, as petições e as *relações* (RAMINELLI, 2008: 51), um tipo singular de narrativa praticado por diversos autores, na apropriação cognitiva subjacente ao movimento colonizador, que é, *pari passu* à apropriação territorial, também um *processo de transculturação* (ORTIZ, 1983: 4) na zona de contato (PRATT, 2002: 27) de europeus e indígenas, neste pedaço da América ao sul da Linha Equinocial.

Este tipo singular de narrativa é a história natural e moral. São as ‘regras’ desta forma discursiva praticada nas diversas empresas coloniais europeias, notadamente por intelectuais

⁵ A respeito das formas da oralidade na transmissão dos conhecimentos e na elocução da memória pelos elementos de matriz cultural europeia ou indígena, v. Andrea Daher, *A oralidade perdida* (DAHER, 2012); e Paulo Miceli, *O ponto onde estamos* (MICELI, 1997)

clericalis (LE GOFF, 2003: 23)⁶, que estruturam tanto o ‘projeto’ escrito por Manuel Severim de Faria, quanto uma até hoje não conhecida *História natural e moral do Maranhão*, em quatro volumes, que teria sido composta pelo o missionário e da qual o manuscrito preservado é o caderno de anotações e esboços.

E, o que determina que seja premeditado o olhar que se fixa na história natural? Existem elementos de cientificidade (tomada a ciência contemporânea como a norma) nesta forma de produção de conhecimentos largamente praticada naquela experiência do sistema do colonialismo europeu nas primeiras décadas do XVII? Veja-se que é positiva a resposta dada por Michel Foucault, no clássico *As palavras e as coisas*: “A história natural é uma ciência, isto é, uma língua, mas fundada e bem-feita: seu desdobramento posicional é, de pleno direito, uma articulação; a colocação em série linear dos elementos recorta a representação segundo um modo que é evidente e universal” (FOUCAULT, 2002: 187).

Para Michel Foucault, a analogia entre a história natural, herdada das tradições intelectuais ocidentais forjadas nas universidades escolásticas, obedece a uma “trama semântica” que

(...) no século XVI é muito rica: *Amicitia, Aequalitas (contractus, consensus, matriomonium, societas, pax et similia), Consonanti, Concertus, Continuum, Partias, Proportio, Smilitudo, Conjunctio, Copula*. E há ainda muitas outras noções que, na superfície do pensamento, se entrecruzam, se imbricam se reforçam ou se limitam. Por ora, basta indicar as principais figuras que prescrevem suas articulações ao saber da semelhança. (FOUCAULT, 2002: 24)

É a semelhança, pois, um critério fundamental para a organização do olhar da história natural. Ou melhor – seguindo Foucault – as quatro semelhanças, que são a *convenientia*, a *emulatio*, a *analogia* e a *simpatia*; destas, resalto a primeira, a *convenientia*, palavra que designa “com mais força a vizinhança de lugares que a similitude” (FOUCAULT, 2002: 24):

São “convenientes” as coisas que, aproximando-se umas das outras, vêm a se emparelhar; tocam-se nas bordas, suas franjas se misturam, a extremidade de uma designa o começo da outra. Desse modo, comunica-se o movimento, comunicam-se as influências e as paixões, e também as propriedades. De sorte que, nessa articulação das coisas,

⁶ Anote-se que, entre 1590 e 1627, são escritas cinco narrativas na forma discursiva da história natural e moral: a de Joseph de Acosta, no Perú; as de Abbeville, Evreux e Lisboa, nos territórios do Maranhão e Grão Pará; e a Vicente do Salvador, no Estado do Brasil. Pode-se, ainda, incluir nesta forma discursiva, o opúsculo de Simão Estácio da Silveira, *Relação sumárias das cousas do Maranhão dirigida aos pobres deste Reino de Portugal* (SILVEIRA, 2001), que não era um clérigo.

aparece uma semelhança. Dupla, desde que se tenta destrinchá-la: semelhança do lugar, do local onde a natureza colocou as duas coisas, similitude, pois, de propriedades; pois, neste continente natural que é o mundo, a vizinhança não é uma relação exterior entre as coisas, mas o signo de um parentesco ao menos obscuro. (FOUCAULT, 2002: 24)

Assim, é pela *convenientia* que, em primeiro lugar, se estabelece o lugar das coisas e é possível classifica-las e agrupa-las adequadamente:

Na vasta sintaxe do mundo, os diferentes seres se ajustam uns aos outros; a planta comunica com o animal, a terra com o mar, o homem com tudo o que o cerca. A semelhança impõe vizinhanças que, por sua vez, asseguram semelhanças. O lugar e a similitude se imbricam: vê-se crescer limos nos dorsos das conchas plantas nos galhos dos cervos, espécies de ervas no rosto dos homens; e o estranho zoófito justapõe, misturando-as, as propriedades que o tornam semelhante tanto à planta quanto ao animal. São signos de conveniência. A *convenientia* é uma semelhança ligada ao espaço na forma da “aproximação gradativa”. É da ordem da conjunção e do ajustamento. Por isso pertence menos às próprias coisas que ao mundo onde elas se encontram.

Tem-se, enfim, na *convenientia* a chave explicativa da classificação em *História dos animais e árvores do Maranhão* do peixe-boi, sabidamente hoje um mamífero aquático, como o primeiro dentre os peixes arrolados, e o porquê de o morcego, outro mamífero, aparecer inserido no conjunto dos pássaros. Contrapõe-se esta complexidade de critérios classificatórios, a uma visão depreciativa que se cristaliza na historiografia brasileira a respeito do trabalho – ou melhor, do fragmento conhecido – atribuído a Cristóvão de Lisboa.

Tido como de pouco valor ou fruto de apropriação, por autores como José Honório Rodrigues (1979: 90) e Nelson Papavero (1999), que o acusa de ter furtado os desenhos, julgo que o manuscrito em foco deva ser reavaliado. Sobretudo, trata-se de um trabalho que preserva uma narrativa visual que expressa um olhar da natureza já em trânsito do renascentista ao moderno, impulsionado pela disseminação da tecnologia do livro impresso (CHARTIER, 1998: 14). Tal traço – o uso das imagens, para além da palavra escrita – é o que distingue este autor dos demais narradores missionários que observaram e descreveram a natureza da atual Amazônia nas primeiras décadas dos Seiscentos.

Conclusões preliminares

A cidade que recebe os letrados na implantação, entre 1624 e 1626, do novo Estado colonial, é a cidade premeditada pelos conquistadores, desenhada pelo engenheiro-mor Francisco de Frias da Mesquita e equipada com o necessário para que os dois braços do poder – o temporal, civil e militar; e o eclesiástico – e com os braços necessários para garantir a fixação do elemento luso- pernambucano e o *continuum* desta presença nos novos territórios.

Não será a cidade despovoada e de miséria absoluta que certa historiografia do século XX descreve negativamente, embora ainda seja escassos os dados que permitam uma quantificação demográfica mais clara do que vai contado por aqueles historiadores como os maranhenses Mário Meireles e Carlos de Lima.

Uma pista a ser seguida é a informação que consta do relatório datado de 3 de dezembro de 1641, feito por três membros da empresa colonial holandesa que acomete militarmente a cidade de São Luís e os territórios de seu entorno, divulgados pelo pesquisador holandês Lodewijk Hulsman, em relatório para o grupo Atlas Dutch Brazil, intitulado *Colonial fortifications in the State of Maranhão: historical research in the Netherlands*, e ainda não publicado. Textualmente, o pesquisador afirma que:

Director Bas reported April 1643 that the strength in Maranhão consisted of 430 adults and 48 children with 2912 slaves totalling 3390 persons. Furthermore there were 1088 Brazilians in the aldeias with 257 women and 478 children totalling 1823 persons. The military strength consisted of 768 persons of which 103 were detache with Captain Schadee in the for of Monte Calvario. (HULSMAN, s/d: 5)

Tais números, em meu ponto de vista, mesmo distanciados duas décadas do período em que Cristóvão de Lisboa faz desenhar os bichos e as plantas para a sua *História dos animais e árvores do Maranhão*, são mais condizentes com a realidade de uma cidade nova, construída obedecendo ao desenho de um engenheiro-mor e ao plano estratégico de ocupação do território, para cumprir a função de ser a cabeça do novo Estado colonial e fazer girar a roda do sistema do colonialismo ibérico no tempo dos reis Filipes.

REFERÊNCIAS

- ABBEVILLE, Claude d'. **História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças**. São Paulo: Editora Siciliano, 2002.
- AMORIM, Maria Adelina. **Os franciscanos no Maranhão e Grão-Pará: missão e cultura na primeira metade de Seiscentos**. Lisboa-PO: Universidade de Lisboa; Universidade Católica Portuguesa, 2005.
- BOXER, Charles R. **O império marítimo português 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- CARDOSO, Alírio Carvalho. **Insubordinados, mas sempre devotos: poder local, acordos e conflitos no antigo Estado do Maranhão (1607-1653)**. Dissertação de Mestrado. Campinas, SP: Unicamp, 2002.
- CARDOSO, Alírio Carvalho. **Maranhão na Monarquia Hispânica: intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655)**. Tese de doutoramento. Salamanca, ES: Univesidad de Salamanca, 2012.
- DAHER, Andrea. **A oralidade perdida: ensaios de história das práticas letradas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- FARIA, Manuel Severim de. Partes e preceitos da história. In LISBOA, Frei Cristóvão de. **História dos animais e árvores do Maranhão**. Lisboa-PO: Arquivo Histórico Ultramarino, 1967.
- FERLINI, V. L. A.; BICHALHO, M. F. **Modos de Governar: ideias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX**. São Paulo: Alameda, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- GENTILI, Ana Maria. Colonialismo. In BOBBIO, Norberto (et al.). **Dicionário de Política**. Brasília, DF : Editora Universidade de Brasília : São Paulo : Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- GIUCCI, Guillermo. **Viajantes do maravilhoso: o Novo Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo: história de uma mundialização**. Belo Horizonte : Editora UFMG ; São Paulo : Edusp, 2014.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957.
- LISBOA, Frei Cristóvão de. **História dos animais e árvores do Maranhão**. Lisboa-PO: Arquivo Histórico Ultramarino, 1967.
- MEGIANI, Ana Paula Torres. Política e letras no tempo dos Filipes: o Império português e as conexões de Manoel Severim de Faria e Luís Mendes Vasconcelos. In FERLINI, V. L. A.;

BICHALHO, M. F. **Modos de Governar**: ideias e práticas políticas no Império português, séculos XVI a XIX. São Paulo: Alameda, 2005.

MEIRELES, Mário Martins. **História do Maranhão**. Rio de Janeiro: DASP – Serviço de Documentação, 1960.

MICELI, Paulo. **O ponto onde estamos**: viagens e viajantes na história da expansão e da conquista (Portugal, séculos XV e XVI). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997)

MIRANDA, M. do C. T. de. **Os franciscanos e a formação do Brasil**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1969.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

RAMA, Ángel. **The lettered city**. Durham, USA: Duke University Press, 1996.

RAMINELLI, Ronald. **Viagens ultramarinas**: monarcas, vassalos e governo a distância. São Paulo: Alameda, 2008.

RODRIGUES, José Honório. **História da história do Brasil**. 1ª Parte: Historiografia colonial. São Paulo: Ed. Nacional : Brasília: INL, 1979.

SEVERIM, Gaspar de Faria. Notícias, dos Severim e Faria. *In* LISBOA, Frei Cristóvão de. **História dos animais e árvores do Maranhão**. Lisboa, PO: Arquivo Histórico Ultramarino, 1967.

SILVEIRA, Simão Estácio da. **Relação sumária das cousas do Maranhão dirigida aos pobres deste Reino de Portugal**. São Paulo: Siciliano, 2001.

SKINNER, Quentin. Motivos, intenciones e interpretacion. **Ingenium**: Revista de historia del pensamiento moderno. Nº 1, enero-junio, 2009, 77-92. Disponível em: <http://revistas.ucm.es/index.php/INGE/article/view/INGE0909120077A/13822> . Acessado em 05maio2014.

TAPADAS, Sandra E. T. A. **Desenho de história natural**: análise comparada de desenhos de animais produzidos nas viagens ao Brasil de frei Cristóvão de Lisboa (séc. XVII) e do dr. Alexandre Rodrigues Ferreira (séc. XVIII). Dissertação de mestrado. Lisboa-PO: Universidade de Lisboa, 2006.

TEIXEIRA, Manuel C. **A forma da cidade de origem portuguesa**. São Paulo : Editora Unesp : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012.